

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2020

O Município de Salto, pessoa jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob nº 46.634.507/0001-06, sita a Rua Nove de Julho nº 1.053, Vila Nova, na qualidade de órgão gerenciador, neste ato representado pela Secretária de Educação, Sra. Fernanda Cristina de Almeida Barbutto, brasileira, casada, portadora do RG nº 27.055.098-7 e do CPF nº 177.176.568-25, com fulcro do Decreto Municipal nº 08/2001, e a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), representada(s) na forma de seu(s) estatuto(s) social(is), em ordem de classificação, doravante denominada(s) DETENTORA(S), resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis Federais 8.666/1993 e 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 40/2011, bem como do edital de Pregão Presencial nº80/2019 nos autos do Processo Administrativo nº11255/2019 em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

DETENTORA:

Denominação: LENISE ARRABAÇA BARBOSA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ: 33.887.039/0001-21 **Inscrição Estadual:** 90817033-42

Endereço: Rua Floriano Peixoto nº380, sala 17 e 18, Centro – CEP:86430-000, na cidade de Santo Antonio da Platina/PR.

Telefone: (43) 3534-0022 **E-mail:** licitacao@lettech.com.br

Representante Legal: Lenise Arrabaça Barbosa, brasileira, empresária.

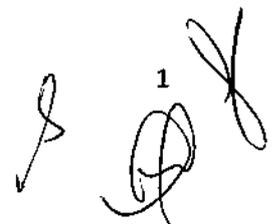
CPF nº004.442.919-38 **RG** nº10606934

Valor Global da Ata: R\$32.250,00(trinta e dois mil, duzentos e cinquenta reais), para o item: 02.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Registro de Preços, para aquisição de futura e eventual de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e outros destinados à Secretaria de Educação, aos Cemus (Centros de Educação Municipal de Salto) e suas extensões, conforme especificações e quantidades relacionadas Anexo a Ata de Registro de Preços, a cargo da Secretaria de Educação.

Item	Qtde	Unid	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
2	150	Unid	CADEIRINHA DE DESCANSO PARA BEBÊ Material: Estrutura em tubo e poliéster acolchoada para conforto do bebê Barra com móbile de brinquedos removível Cinto de segurança ajustável para o bebê Peso suportado de aprox. 18 Kg Idade Recomendada aprox. 0 a 3 anos Cor: Estampado infantil Com garantia Emite som musical e vibra. Dimensões aprox.: Altura de 45cm x Largura de 70 cm x Profundidade de 47 cm	COLOR BABY NEW ROCCKER	R\$215,00	R\$32.250,00
Valor Total da Proposta: R\$32.250,00						



Parágrafo Primeiro: A existência dos preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços, preferência quando em igualdade de condições.

Parágrafo Segundo: Quando a Ata de Registro de Preços for utilizada, o Gestor – Secretaria de Educação, fica obrigado a verificar se a contratação atende ao interesse público, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao Gerenciador eventual desvantagem quanto à sua utilização.

Parágrafo Terceiro: A gestão da ata será realizada pela funcionária **Daniela da Silva**, Diretora de Divisão, portadora do RG nº 45.673.831-9 e CPF nº 298.307.568-07 da Secretaria de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PEDIDOS E DA ENTREGA

2.1. As solicitações dos materiais serão feitas pela Secretaria de Educação, ficando a quantidade e periodicidade de cada entrega a seu critério e feitas de acordo com a necessidade.

2.2. Os quantitativos totais expressos no **ANEXO I**, são estimativos e representam uma precisão da Secretaria de Educação, durante o prazo de vigência. O contratante não se obriga a adquirir a quantidade total registrada, podendo solicitar o fornecimento dos itens conforme a necessidade demandada pela Secretaria.

2.3. As entregas deverão ocorrer **em até 20 (vinte) dias contados** a partir do recebimento da Ordem de Entrega via e-mail, juntamente com a Nota de Empenho.

2.4. Portanto, na ata com as detentoras, deverá constar o e-mail do responsável em receber as Ordens de Entrega dos produtos solicitados para referida detentora.

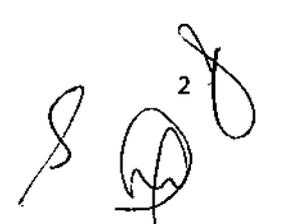
2.5. Os locais de entrega serão definidos a cada pedido, de acordo com as solicitações da Secretaria de Educação contados a partir do recebimento da Ordem de Entrega via e-mail juntamente com a Nota de Empenho. Portanto, na ata com a detentora, deverá constar o e-mail do responsável em receber as Ordens de Entrega e Nota de Empenho dos produtos solicitados para referida detentora.

2.6. A Detentora deverá informar com antecedência a referida entrega ao Departamento Administrativo da Secretaria da Educação, pelo telefone (11)4602-8699.

2.7. A Detentora deverá apresentar comprovação de Certificação do INMETRO na entrega dos produtos.

2.8. Os produtos serão recebidos provisoriamente, em até 03 (três) dias úteis, contados da data da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações técnicas exigidas no termo de referência e da proposta comercial, que será efetivado pela SEME no acompanhamento e fiscalização dos produtos, após verificação da qualidade, quantidade e consequente aceite, será enviada a Nota Fiscal para pagamento.

2.9. Os produtos serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações exigidas. Em se constatando irregularidades o município de Salto poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, exigindo a substituição no prazo, máximo, de 48 (quarenta e oito) horas dos itens inconformes, contados da notificação por escrito ou por mensagem eletrônica encaminhada pelo responsável da Secretaria de Educação.



- 2.10. Caso ocorra fornecimento incompatível com o solicitado pelo Órgão Gerenciador, fora dos padrões legais, ou com eventuais danos (ocasionados inclusive, durante o transporte/descarregamento), o mesmo será recusado/devolvido, devendo ser repostado imediatamente, sem ônus ao Município e sob as penas previstas nesta Ata de Registro de Preços.
- 2.11. A observância da compatibilidade a que se refere à cláusula anterior poderá ser aferida mesmo após a efetiva aceitação, em se tratando de vícios ocultos ou qualquer outro defeito não passível de pronta verificação.
- 2.12. Não será apreciado pedido de prorrogação no prazo de entrega apresentado após a data limite estabelecida no item 2.3.
- 2.13. A Detentora deverá efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pelo Órgão Gerenciador, em estrita observância das especificações do Anexo I e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, tipo, procedência e prazo de garantia.
- 2.14. A Detentora deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 2.15. Caso no recebimento do produto seja encontrado algum defeito, o fornecedor substituirá o item no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento do aviso escrito enviado por e-mail ou outro meio hábil.
- 2.16. Havendo necessidade de remoção do material para solução do defeito, o transporte ficará a cargo da Contratada, assumindo esta total responsabilidade pelo período em que estiver com a guarda do material.
- 2.17. A detentora deverá comunicar por escrito à Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
- 2.18. A detentora deverá manter, durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

- 3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12(doze) meses, a partir da publicação da mesma.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento será efetuado, em 10 (dez) dias fora a dezena, a partir da data de atestamento da nota fiscal (entrega, verificação das especificações dos produtos) pela secretaria gestora da ata e, respeitando-se a ordem cronológica de pagamento.
- 4.2. Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is) motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

4.3. A Detentora quando do faturamento deverá inserir na Nota Fiscal – Pregão Presencial nº 80/2019, Ata de Registro Preços nº12/2020 e Nota de Empenho/2020.

4.4. Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, a detentora deverá destacar as retenções dos impostos e contribuições sociais devidas, sobre a prestação dos serviços, ou fazer menção à base legal, quando isenta ou dispensada.

4.5. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à licitante, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As verbas para pagamento do objeto da presente Ata de Registro de Preços, estão de acordo com as dotações orçamentárias vigentes de nºs.

Ficha	Dotação	Recurso	Secretaria
72	02.06.01.449052.12.122.0002.2.659.01.200000	Próprio	Educação
73	02.06.01.449052.12.367.0002.2.661.01.200000	Próprio	Educação
87	02.06.03.449052.12.361.0002.2.659.01.220000	Próprio	Educação
104	02.06.08.449052.12.365.0002.2.659.01.210000	Próprio	Educação
105	02.06.08.449052.12.365.0002.2.660.01.210000	Próprio	Educação
119	02.06.09.449052.12.365.0002.2.659.01.210000	Próprio	Educação

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

6.1. Entregar o material conforme especificação, marca e preços.

6.2. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

6.3. Manter durante o período de duração da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas no Edital.

6.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da ata na forma do que dispõe a Lei nº 8.666/93.

6.5. Deverá efetuar, sem qualquer ônus para o Município de Salto, a troca quando houver necessidade, bem como garantir todas as trocas necessárias quando da entrega de produtos sem qualidade.

6.6. Deverá responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscal e comercial resultante da execução do fornecimento, na forma do que dispõe o artigo 71 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

7.1. Efetuar o pagamento referente aos materiais entregues na Secretaria de Educação e aceitos desde que entregues nas condições estabelecidas em Ata de Registro de Preços.

7.2. Fiscalizar a entrega dos materiais na forma estabelecida na Ata de Registro de Preço e seus anexos.

- 7.3. Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços.
- 7.4. Permitir o acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para a entrega.
- 7.5. Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos.
- 7.6. Verificar se a contratação através da Ata de Registro de Preços atende ao interesse público, sobretudo quanto aos valores praticados, informando no Gerenciador, eventual desvantagem quanto à sua utilização.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. A detentora que descumprir em quaisquer das cláusulas ou condições da presente Ata de Registro ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, bem como aos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.2. De conformidade com o art. 86 da Lei 8666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, à detentora garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 8666/93.

8.3. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, pela inexecução total ou parcial desta ata, a detentora, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, pela inexecução total ou parcial do serviço contratado
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05(cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

8.4. As penalidades previstas serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

8.5. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a detentora vier a fazer jus, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

8.6. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à detentora, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Integram obrigatoriamente o processo licitatório: este instrumento convocatório, seus anexos, documentos, propostas, bem como, correspondências, notificações etc.

9.2. A detentora obriga-se a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir às suas expensas e imediatamente, o objeto da ata, segundo as especificações determinadas, desde que se constatem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do mal fornecimento do produto.

9.3. A detentora obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

9.4. Constatada qualquer irregularidade na entrega dos produtos, a detentora obrigar-se-á a trocá-los imediatamente, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão da ata nos termos legais.

9.5. O objeto da presente Ata de Registro de Preços será recebido provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações deste Edital.

9.6. Devem ser observadas as condições de segurança e prevenção dos seus funcionários contra acidentes de trabalho de acordo com as normas emanadas pelo Ministério do Trabalho.

9.7. A detentora deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão Gerenciador, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução, bem como adequar as obrigações dos serviços ora contratados.

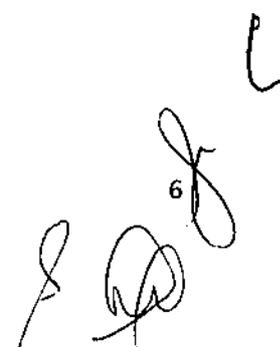
9.8. A detentora deverá indenizar esta Administração pelos danos eventualmente causados decorrentes da execução do objeto desta Ata de Registro, sem quaisquer ônus para o Órgão Gerenciador, bem como adequar de acordo com o objeto licitado.

9.9. A detentora será responsável por todo e qualquer dano a que der causa por conta do objeto contratado, a ela competindo, exclusivamente, indenizar os prejuízos causados ao órgão gerenciador ou a outrem.

9.10. A detentora neste ato declara concordar com todos os termos da presente Ata, bem como as obrigações do regulamento administrativo previsto pelo órgão gerenciador, além das penalidades pertinentes às leis específica à matéria Lei Federal nº 8666/93 e Lei n.º 8.883/94, Lei Orgânica do Município de Salto n.º 1.382/90(Emenda Substitutiva n.º 01/2008), que fazem parte integrante do Pregão Presencial nº 80/2019.

9.11. A detentora reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa previstas nos artigos 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

9.12. Constituem motivos para rescisão, os casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.



CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

10.1. Fica eleita a comarca de Salto para dirimir eventuais dúvidas ou conflitos de interesses oriundos da presente Ata de Registro, se não sanadas pela via extrajudicial.

Assim, por estarem justas e acordadas, firmam a presente Ata de Registro, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, de acordo com a legislação vigente.

Salto/SP, 04 de FEVEREIRO de 2020.



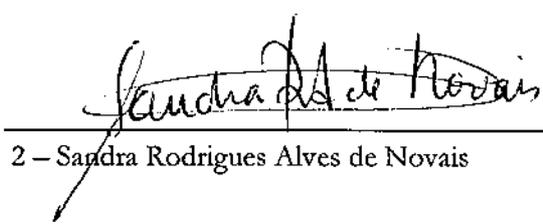
Fernanda Cristina de Almeida Barbutto
Secretária de Educação
Órgão Gerenciador

Lenise C.
Lenise Arrabaça Barbosa – Indústria e Comércio
Detentora

Testemunhas:



1 – Daniela da Silva



2 – Sandra Rodrigues Alves de Novais

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SALTO

DETENTORA: LENISE ARRABAÇA BARBOSA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ATA Nº (DE ORIGEM): 12/2020

OBJETO: CONVOCAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, ATRAVÉS DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, COM COTA RESERVADA PARA ME/EPP, PARA AQUISIÇÃO DE FUTURA E EVENTUAL DE ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS E OUTROS DESTINADOS À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, AOS CEMUS (CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE SALTO).

ADVOGADO (S) / Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Salto/SP, 04 de Fevereiro de 2020.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: José Geraldo Garcia

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 032.586.138-26 RG: 12.424.665-5

Data de Nascimento: 07/01/1962

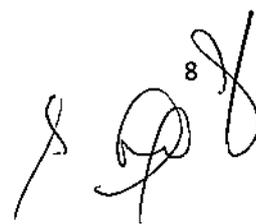
Endereço residencial completo: Alameda Lipisano, nº 515, Haras Paineiras - CEP 13324-312, na cidade de Salto/SP.

E-mail institucional: gabineteprefeito@salto.sp.gov.br

E-mail pessoal: josegeraldogarciasalto@gmail.com

Telefone (s): (11) 99293-7349

Assinatura: _____



RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

PELO ÓRGÃO GERENCIADOR:

Nome: Fernanda Cristina De Almeida Barbutto

Cargo: Secretária Municipal de Educação

CPF: 177.176.568-25 RG: 27.055.098-7

Data de Nascimento: 06/07/1972

Endereço residencial completo: Rua Dos Tucanos, 125, Terras De Santa Izabel, Salto SP.

E-mail institucional: fernanda.educa@salto.sp.gov.br

E-mail pessoal : fbarbutto@gmail.com

Telefone (s) (11)4602-8698/8697/8696

Assinatura: _____



PELA DETENTORA:

Nome: Lenise Arrabaça Barbosa

Cargo: Empresária

CPF: 004.442.919-38 RG: 10606934

Data de Nascimento: 01/05/1953

Endereço residencial: Rua Arthur Franco nº690, Centro, na cidade de Santo Antonio da Platina/PR.

E-mail institucional: licitacao@lettech.com.br

E-mail pessoal: lenisearrabaca@outlook.com

Telefone (s): (43) 3534-0022

Assinatura: _____



Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

